

DA SILVA, T. T. (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000, 133 págs.

Resenhado por: Solange de Carvalho Lustosa

Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais constitui-se um importante trabalho reflexivo sobre conceitos atualmente bastante em voga que permeiam todo e qualquer trabalho sobre a sociedade denominada pós-moderna ou moderna tardia. O livro é composto por três artigos: o primeiro, *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*, de Kathryn Woodward; o segundo, *A produção social da identidade e da diferença*, de Tomaz Tadeu da Silva; e o último, *Quem precisa da identidade?*, de Stuart Hall. Todos os artigos, embora versem sobre o mesmo tema, traçam perspectivas e abordagens diferentes, fornecendo uma explanação satisfatória sobre o assunto que é bastante complexo.

Woodward, utilizando um texto de Michael Ignatieff sobre a guerra entre sérvios e bósnios, ilustra magistralmente questões pertinentes à identidade, a qual é marcada pela diferença, pela simbologia e, principalmente, pelo social. Além disso, há, também, o caráter histórico que faz com que a identidade adquira o aspecto de processo, sendo influenciado, atualmente, pelas múltiplas práticas discursivas ou representações existentes em um mesmo indivíduo, fato que traz o germe da mudança social. Tal processo só pode ser vislumbrado, considerando-se o indivíduo como fragmentado, pertencendo a identidades diferentes, que “não são unificadas”, criando, com isso, “contradições no seu interior que têm que ser negociadas” (p. 14).

A chamada ‘crise de identidade’ pode ter origem nessas identidades globalizadas, as quais massificam as culturas entrando em choque com as identidades locais, como, também, pelo conflito, questionamento ou não adequação às posições de sujeito estabelecidas ou sugeridas na quase-interação.¹ Esse termo foi proposto por Thompson, para descrever, entre outras coisas, a influência midiática na vida das pessoas. A televisão, a internet e os outros meios de comunicação de massa atuais ‘invadem’ as casas, tra-

zendo uma quantidade incalculável de informações e, com elas, as representações sociais. Além disso, não são só as identidades ‘prontas’ e retratadas² que são levadas ao grande público pela mídia; há, também, os debates promovidos por ela, criando uma espécie de esfera pública³ na qual várias minorias e culturas adquirem voz para serem representadas.⁴ Dessa forma, o público é levado a refletir sobre os seus inúmeros papéis na sociedade em que vive. Uma coisa que pode ser tida como falha no livro é a falta de abordagem sobre a influência midiática na constituição dos papéis sociais.

Uma citação bastante importante para compreender a identidade na pós-modernidade é a que trata de identidades diásporas. Assim como o termo já define, são aquelas sem pátria, às quais não se pode atribuir uma única fonte e cujos efeitos podem ser potencializados pelo êxodo de grandes contingentes humanos de países pobres para países ricos.

Segundo Woodward, existem dois tipos de perspectivas utilizadas em questões de identidades: a essencialista e a não essencialista. A primeira concebe a identidade como algo homogêneo (geralmente ligado à etnia, às questões biológicas e à nacionalidade), partilhado por todos do grupo, não sofrendo nenhum tipo de alteração; a segunda concebe a identidade como processo e, por isso, sofre mutações, sendo marcada pela diferença. Um aspecto que não deve ser desvinculado de questões de representações simbólicas é o que trata de ideologia. É possível ver claramente nas duas perspectivas apresentadas por Woodward os modos de operação da ideologia propostos por Thompson (1995), principalmente o da

¹ Essas identidades sugerem uma determinada maneira de vestir, comportar-se, pensar, baseada na representação de personagens de filmes e novelas, criando modismos, naturalizando comportamentos.

² A quase-interação deve ser entendida como a interação na qual as “relações sociais (são) estabelecidas pelos meios de comunicação de massa (livros, jornais, rádio, televisão, etc)”. Thompson, 1998, p. 79.

³ O conceito de esfera pública, cunhado por Habermas, deve ser entendido como “a multicultured space in which different interest groups deliberate together to reach consensus on political action” (Chouriaraki & Fairclough, 1999, p. 82).

⁴ Considere-se o espaço na mídia conquistado pelas identidades marcadas negativamente pelos representantes de identidades hegemônicas (revistas e programas televisivos para homossexuais, mulheres e negros, entre outros).

simbolização da unidade⁵ (essencialista), da diferenciação⁶ e do expurgo do outro⁷ (não essencialistas).

Da Silva, em seu artigo, faz uma alusão mais detalhada da imbricação de identidade com a diferença, como produtos do uso da linguagem. Utiliza o conceito de signo saussureano, no qual para definir o signo ‘vaca’ é necessária a sua repetição por todos os falantes e a relação com os outros signos. O fato de falar utilizando o signo ‘vaca’ não preenche completamente o lugar do símbolo que representa o animal vaca e depende da relação com os outros signos, o que torna a língua vacilante, indeterminada e instável. Dessa forma, por serem atos de criação lingüística, a diferença e a identidade também adquirem as características de vacilante, indeterminada e instável atribuídas à língua.

As identidades, assim como as variantes lingüísticas e até mesmo os signos lingüísticos, são impostas por terem sido eleitas como normais, contrapondo-se com o anormal que é marcado negativamente. Além disso, o autor chama a atenção para o fato de que nem questões referentes à identidade, tampouco as relativas à diferença são trabalhadas em sala de aula, existindo uma pedagogia que sugere o respeito e a tolerância nessas questões, não abrindo espaço para o questionamento sobre o assujeitamento das identidades.

A existência, segundo Da Silva, de elementos como o sincretismo, a miscigenação, o travestismo, fornecem o chamado terceiro espaço, no qual é possível o questionamento das identidades hegemônicas, por introduzirem a diferença. Novamente, a identidade diáspora pode forçar a criação desse terceiro espaço. Como exemplo, tem-se o processo de escravidão que disseminou a crioulização de línguas, de miscigenação entre os povos e suas culturas.

⁵ Simbolização da unidade – estratégia que “envolve a construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas, que são difundidas através de um grupo, ou de uma pluralidade de grupos” (Thompson, 1995, p. 86).

⁶ Diferenciação – estratégia que dá ênfase “às distinções, diferenças e divisões entre as pessoas e grupos, apoiando as características que os desunem e os impedem de constituir um desafio efetivo às relações existentes, ou um participante efetivo do exercício do poder” (*idem*, p. 87).

⁷ Expurgo do outro – envolve a construção de um inimigo, seja ele interno ou externo, que é retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou a expurgá-lo (*idem*, p. 87).

Já Stuart Hall aborda questões inerentes ao motivo pelo qual os seres humanos se submetem à identidade, mesmo com o prejuízo de suas vontades. São apresentadas abordagens de Freud e Lacan para tentar explicar a questão por meio da psicanálise. Nesse aspecto, a identidade é concebida como um processo, calcado na fantasia, no ilusório, necessitando sempre “daquilo que lhe falta – mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado” (p. 110).

Outro dado importante levantado por Hall é o processo articulado de sutura do indivíduo com suas posições de sujeito, as quais ele é obrigado a assumir, mesmo inconscientemente, movido culturalmente ou por alguma instituição e/ou ideologia. A identidade, para o autor, é um tema bastante recorrente e importante, principalmente, quanto ao seu caráter político, no entanto, para o avanço de sua discussão é necessário que sejam plenamente reconhecidas a suturação do psíquico e do discurso em seu bojo, bem como a necessidade e impossibilidade da identidade.

Hall também levanta questionamento sobre as colocações feitas por Foucault sobre a teoria dos corpos dóceis⁸, os quais sofrem o controle social, com caráter disciplinar. Para Hall, Foucault peca por considerar o indivíduo sempre assujeitado, não vislumbrando práticas libertadoras, além de não haver teorizado sobre as razões que levam os indivíduos a agirem de uma determinada maneira.

Algo que conclui-se facilmente pelos textos é a necessidade de sujeição do indivíduo à identidade, o que não explica o por quê de, muitas vezes, abster-se de suas vontades em prol da manutenção da identidade. É inegável, conforme apresentado anteriormente, a presença da ideologia na manutenção das representações sociais, as quais se valem, principalmente, do modo de operação denominado expurgo do outro, o que implica, também, relações de poder, que definem quem exclui e quem é excluído.

Nesse aspecto, o outro é o que eu não sou, isto é, para eu existir é necessário, sempre, algo exterior a mim, ou seja, um outro, que coloca sempre em xeque as minhas identidades.

A reflexão sobre as explicações constantes em *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* suscita alguns questionamentos importantes: o primeiro refere-se ao processo dialético entre identidade e diferença, no

qual é necessário definir se realmente uma é inseparável da outra (p. 75), ou seja, se se tratam de coisas distintas. Os três artigos são unânimes em confirmar que diferença e identidade não podem ser separadas, quer seja a explicação de Woodward pelo social, de Da Silva pela linguagem ou de Hall pela psicanálise. Aliada a essa questão, tem-se outra: é realmente “possível sermos socialmente excluídos (...) e não sermos simbolicamente marcados como diferentes?” (p. 33). Como já foi dito anteriormente, a diferença implica identidade e a identidade, diferença, e o processo de diferenciação é caracterizado pelo modo de operação da ideologia denominado expurgo do outro (Thompson: 1995). Dessa forma, o excluído é marcado negativamente.

Se Hall questiona Foucault sobre o assujeitamento dos indivíduos ao discurso, qual outra forma explicaria a investida inconsciente (ou consciente, em alguns casos) desses em certas posições de sujeito que se confrontam com suas vontades, suas necessidades? Para responder a essa pergunta, faz-se necessário buscá-la em uma outra: a explicação da sujeição do indivíduo a determinados papéis sociais coletivamente aceitos não estaria na busca de um corpo social, no sentimento de coletividade, de pertencimento a algum grupo, ao caráter nato do social no indivíduo?

E por último, Hall sugere que o conceito de identidade que temos – imprescindível para analisar outras questões chave – por não servir para abarcar todos os fatores atuais que o envolvem, deve ser posto sob rasura, por não ser mais possível pensá-lo da forma antiga (p. 104). É questionável essa sugestão, pois se o próprio Hall reconhece que o conceito de identidade está incompleto e/ou defasado, como é possível utilizá-lo na análise dessas questões, sem, no entanto, abordá-las de forma obsoleta ou inadequada?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Chouliaraki, L. & Fairclough, N. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

- Fairclough, N. *Discurso e mudança social*. Coord. trad., revisão e prefácio à ed. bras. I. Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- Foucault, M. *Vigiar e punir – história da violência nas prisões*. Trad. R. Ramalheite. 23ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- Hall, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. T. T. da Silva, G. L. Louro. 4ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- Thompson, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- Thompson, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Trad. W. O. Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.